

O Patrimônio Cultural no Judiciário Joinvilense

Giliandra Christy Brancaleone Casagrande

179ª Defesa:

31 de agosto de 2021

Membros da Banca Examinadora:

Profa. Dra. Patrícia de Oliveira Areas (Orientadora/UNIVILLE),

Prof. Dr. Carlos Magno de Souza Paiva (membro externo/UFOP),

Profa. Dra. Ilanil Coelho (membro interno/UNIVILLE)

Profa. Dra. Luana de Carvalho Silva Gusso (membro interno/UNIVILLE)

RESUMO

Esta dissertação busca traçar um panorama da judicialização do patrimônio cultural de Joinville. Intencionou verificar quais os bens culturais representativos do patrimônio cultural joinvilense estão judicializados, analisando e apresentando, a partir de alguns exemplos, que conceitos, dimensões, critérios e elementos são usados para a efetiva proteção, preservação e salvaguarda dos patrimônios culturais demandados. Foi desenvolvida uma pesquisa aplicada, mas que em sua primeira parte pautou-se na construção teórica ligada à pesquisa exploratória, buscando delimitar o tema e estabelecer as bases teóricas do trabalho. A técnica normativa foi usada conjuntamente com a teórica, a partir da análise de fontes primárias das normas constitucionais e infraconstitucionais de tutela do patrimônio cultural brasileiro. Foi adotada a pesquisa do estado da arte para mapear as produções acadêmicas sobre os casos de patrimônio cultural joinvilense judicializados, buscando identificar o quanto tais casos repercutiram nas pesquisas do campo do patrimônio. A pesquisa empírica ocorreu por meio do desenvolvimento de estado da arte de demandas judiciais, pela aplicação da metodologia de estado da arte de forma adaptada aos processos judiciais que envolvem o patrimônio cultural da cidade de Joinville. Para a coleta desses processos foram usadas as ferramentas de busca fornecidas pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) e pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4). A pesquisa foi delimitada espacialmente à cidade de Joinville – SC. Foram pesquisados casos de primeira instância e aqueles que tiveram recursos foram analisados de forma a comparar o posicionamento do judiciário joinvilense com as instâncias recursais. A análise dos dados coletados foi de natureza quanti-quali, sendo identificados os principais elementos relacionados aos metadados dos casos. Após, em alguns casos foram feitas análises qualitativas, traçando exemplos de como o patrimônio cultural foi considerado pelo judiciário. O trabalho não pretendeu esgotar o tema, tampouco analisar os desfechos dos casos. Mas foi possível ter alguns resultados que indicaram a preocupação do judiciário em relação à proteção e salvaguarda do patrimônio cultural, por meio dos instrumentos legais, considerando que os conflitos analisados tenderam à manutenção do patrimônio cultural em questão, ainda que na prática alguns casos não tiveram efetividade, mesmo com a determinação judicial.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Conflitos. Joinville. Judiciário.